

4. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE

4.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

As principais normas regulamentadoras referentes ao projeto do **GRANDE MOINHO TAMBAÚ**, sob o aspecto legal ambiental, serão apresentadas segundo o âmbito federal, estadual e municipal. Os capítulos da lei maior, pertinentes à competência dos entes federativos em matéria ambiental e ao meio ambiente em si serão transcritos. Algumas leis e decretos acerca de matérias ambientais, como em particular as que envolvam direta e indiretamente a já citada atividade industrial, além de citados e discriminados, conterão uma pequena sinopse de seus dispositivos. Os demais instrumentos legais – resoluções, instruções normativas e portarias – sobre o mesmo conteúdo temático, serão citados e discriminados. Os aspectos da legislação estadual serão transcritos em relação à Constituição do Estado da Paraíba, leis e decretos estaduais. Outrossim, a legislação municipal urbanística do Município de Cabedelo será transcrita com algumas observações.

4.2. LEGISLAÇÃO FEDERAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Consagra, em normas expressas, as diretrizes fundamentais de proteção ao meio ambiente. Através do art. 23 estabelece a competência (administrativa) comum da União, dos Estados e dos Municípios para: proteção do acervo histórico e cultural, bem como os monumentos e paisagens naturais e dos sítios arqueológicos; a proteção ao meio ambiente e combate à poluição em quaisquer de suas formas; e, preservação das florestas, da fauna e da flora.

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

III - Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico, e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

(...)

VI - Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - Preservar as florestas, a fauna e a flora;

(...)

XI - Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

(...)

Parágrafo Único. Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional”.

O Art. 24 fixou a competência (legislativa) concorrente da União, dos Estados e dos Municípios para legislar sobre: floresta, pesca, fauna, conservação da natureza; proteção ao patrimônio histórico, artístico, turístico, cultural e paisagístico; e, responsabilidade por danos ao meio ambiente e a bens de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.

"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI - Florestas, caça, pesca, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle de poluição;

VII - Proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - Responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

(...)

§ 1º. No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a esclarecer normas gerais.

§ 2º. A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.

§ 4º. A superveniência da lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário”

No Capítulo do Meio Ambiente, VI, o art. 225 expressa que “todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, atribuindo ao Poder Público a responsabilidade da aplicação das eficácias medidas no cumprimento do preceito protecionista a Constituição assegurou-lhes as prerrogativas: criação de espaços territoriais que devem ficar a salvo de qualquer utilização ou supressão a não ser que a lei expressamente o autoriza; exigir, na forma da lei, precedentemente à instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo do impacto ambiental ao qual se dará publicidade; obrigar aos que exploram recursos minerais, recuperar o meio ambiente degradado de acordo com as soluções técnicas exigidas pelo órgão público competente, na forma da lei; e, impor sanções penais e administrativas aos que desenvolvem atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sejam pessoas físicas ou jurídicas, sem prejuízo da obrigação de recuperação dos danos causados.

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do

povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - Definir em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitida somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - Proteger a fauna e a flora, vedada, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.


(...)


§ 5º. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.


(...)

4.2.1. Diplomas Federais

4.2.1.1. Leis Federais








 LEI Nº 151, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1935 – Modifica o parágrafo 1º do art. 83 do Código de Caça e Pesca, ampliando o campo de pesca para os amadores.

 LEI N.º 2.546, DE 16 DE JULHO DE 1955 - Autoriza os concessionários e as administrações de portos a cobrarem juros de mora sobre dívidas provenientes de serviços prestados.

 LEI N.º 3.421, DE 10 DE JULHO DE 1958 - Cria o Fundo Portuário Nacional, a Taxa de Melhoramentos dos Portos, e dá outras providências.


 LEI Nº 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961 – Dispõe sobre os monumentos

arqueológicos e pré-históricos.


-  LEI N.º 4.132, DE 10 DE JUNHO DE 1962 – *Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.* Estabelece que a desapropriação será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social. Também define o que é interesse social. O expropriante tem o prazo de dois anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivá-la e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.
-  LEI N.º 4.213, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1963 - *Reorganiza o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais dando-lhe a denominação de Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, disciplina a aplicação do Fundo Portuário Nacional e dá outras providências.*
-  LEI N.º 4.466, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1964 – *Determina a arborização das margens das rodovias do Nordeste, bem como a construção de aterros-barragem para represamento de águas.*
-  LEI N.º 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965 - *Institui o novo Código Florestal.* Estabelecendo quais as áreas de preservação permanente, criadas pelo Poder Público; que nas florestas plantadas não permanentes é permitido o extrativismo; que o comércio de plantas vivas de florestas depende de autorização; que para as florestas de domínio privado há algumas restrições quanto à sua exploração; regras sobre replantio; fiscalização e penalidades; educação florestal; a semana florestal, e; o registro no Ibama dos comércios de venda de moto-serras.
-  LEI N.º 4.778, DE 22 DE SETEMBRO DE 1965 – *Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de loteamento para a venda de terrenos em prestações.*
-  LEI N.º 4.860, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1965 - *Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, e dá outras providências.*
-  LEI N.º 5.197, DE 03 DE JANEIRO DE 1967 - *Dispõe sobre proteção à fauna silvestre e dá outras providências.* Estabelece que os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha. Se as peculiaridades regionais comportarem o exercício da caça, a permissão será estabelecida em ato regulamentador do Poder Público Federal. É defeso a caça profissional e o comércio


de animais (excluídos os legalizados). Para se exercer a caça é preciso a licença. Licença especial para coleta será concedida aos cientistas. Penalidades. Educação escolar sobre proteção à fauna


 LEI N.º 4.089, DE 13 DE JULHO DE 1967 - *Dispõe sobre erosão.*


 LEI N.º 5.385, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1968 - *Regulamenta o Trabalho de Bloco.* Para efeitos desta Lei, Trabalhos de Bloco são os serviços de limpeza e conservação de embarcações mercantes, inclusive os de limpeza e conservação de tanques, os de batimento de ferrugem, os de pinturas e os de reparos de pequena monta.


 LEI N.º 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1968 - *Regula a ação popular.*

 LEI N.º 5.197, DE 3 DE JANEIRO DE 1967 - *Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.*








 LEI N.º 5.318, DE 26 DE SETEMBRO DE 1967 - *Institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento.* Dispõe que a Política Nacional de Saneamento é o conjunto de diretrizes administrativas e técnicas destinadas a fixar a ação governamental no campo do saneamento, as áreas que abrange. Fica criado, no Ministério do Interior, o Conselho Nacional de Saneamento (CONSANE).

 LEI N.º 6.513, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1977 - *Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de locais de Interesse Turístico; sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta o inciso ao artigo 2º da Lei N.º 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei N.º 4.771, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.* Especifica as áreas especiais de interesse turístico, define as áreas (instituídas por Decreto) e locais (instituídos por Resolução do CNTur) de interesse turístico, os órgãos e entidades que executarão a presente Lei e as penalidades.







 LEI N.º 6.803, DE 02 DE JUNHO DE 1980 - *Dispõe sobre diretrizes para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição e dá outras providências (alterada pela Lei N.º 7.804, de 18 de julho de 1989).* Discrimina as zonas por categorias, o grau de saturação e o licenciamento para implantação, operação e ampliação de estabelecimentos industriais, nas áreas críticas de poluição, que dependerá da observância do disposto na Lei, bem como do atendimento das normas e padrões ambientais definidos pela SEMA, pelos organismos estaduais e municipais competentes.










 LEI N.º 6.902, DE 27 DE ABRIL DE 1981 - *Dispõe sobre a criação de Estações*

Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências (alterada pela Lei N.º 7.804, de 18 de julho de 1989). Estabelece que Estações Ecológicas são áreas representativas de ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista. Serão criadas pela União, Estados e Municípios e não poderão ser reduzidas nem utilizadas para fins diversos daqueles para os quais foram criadas. Trata também de algumas proibições e penalidades.








-  LEI N.º 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 - *Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências (alterada pela Lei N.º 7.804, de 18 de julho de 1989).* Designa os objetivos e instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, traça alguns conceitos, estabelece que os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, a competência do CONAMA, as infrações e penalidades.
-  LEI N.º 7.002, DE 14 DE JUNHO DE 1982 - *Autoriza a implantação de jornada noturna especial nos portos organizados, e dá outras providências.*
-  LEI N.º 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 - *Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.* Ação por danos morais e patrimoniais, que terá por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
-  LEI N.º 7.509, DE 04 DE JULHO DE 1986 – *Disciplina o transporte de madeira em toros, por via fluvial.*
-  LEI N.º 7.542, DE 26 DE SETEMBRO DE 1986 - *Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.*
-  LEI N.º 7.584, DE 06 DE JANEIRO DE 1987 – *Acrescenta parágrafo ao art. 33 da Lei 5197, de 03/01/1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. (CODIGO DE CAÇA).*
-  LEI N.º 7.653, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1988 - *Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à*

fauna, e dá outras providências.








-  LEI Nº 7.661, DE 16 DE MAIO DE 1988 – *Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências.* Esse plano é parte integrante da Política Nacional para os Recursos do Mar - PNRM e Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA. Visa especificamente orientar a utilização nacional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade da vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural. O PNGC será elaborado e executado observando normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, estabelecidos pelo CONAMA, Trata também de algumas infrações e penalidades
-  LEI Nº 7.679, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1988 - *Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e dá outras providências*
-  LEI N.º 7.735, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1989 - *Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidades autárquicas, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e dá outras providências (alterada pela Lei N.º 7.804, de julho de 1989).*
-  LEI Nº 7.754, DE 14 DE ABRIL DE 1989 – *Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios, e dá outras providências.* Considera de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural existentes nas nascentes dos rios. Será constituída, nas nascentes dos rios, uma área em forma de paralelograma, denominada Paralelograma de Cobertura Florestal, na qual são vedadas a derrubada de árvores e qualquer forma de desmatamento.
-  LEI N.º 7.797, DE 10 DE JUNHO DE 1989 - *Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.* O objetivo do Fundo Nacional de Meio Ambiente é desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira. Informa a origem de seus recursos e sua forma de aplicação e quem administra o Fundo.
-  LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989 - *Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.*

-  LEI N.º 7.803, DE 16 DE JULHO DE 1989 - *Altera a redação da Lei N.º 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as leis N.º 6.535, de 15 de junho de 1978 e 7.511, de julho de 1986.*
-  LEI N.º 7.804, DE 18 DE JULHO DE 1989 - *Altera a Lei N.º 6.803, de 02 de junho de 1980; a Lei N.º 6.902, de 21 de abril de 1981; a Lei N.º 6.938, de 31 de agosto de 1981; a Lei N.º 7.735, de 22 de fevereiro de 1989; e dá outras providências.*
-  LEI N.º 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989 - *Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF)*
-  LEI N.º 8.005, DE 22 DE MARÇO DE 1990 - *Dispõe sobre a Cobrança e Atualização dos Créditos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e dá outras providências.*
-  LEI N.º 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991 – *Dispõe sobre a proteção ambiental dos recursos naturais da propriedade agrícola (Lei de Política Agrícola).* Trata dos princípios fundamentais da Política Agrícola, organização institucional do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPAs), planejamento agrícola, pesquisa agrícola, assistência técnica e extensão rural, proteção ao Meio Ambiente e conservação dos Recursos Naturais, defesa agropecuária, informação agrícola, produção, comercialização, abastecimento e armazenagem, associativismo e cooperativismo, investimentos públicos, crédito rural e seguro agrícola, garantia da atividade agropecuária, Fundo Nacional de Desenvolvimento Rural, irrigação e drenagem, habitação e eletrificação rural e da mecanização agrícola.
-  LEI N.º 8.490, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1992 – *Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e Transforma a SEMAM/PR, em Ministério do Meio Ambiente – MMA.*
-  LEI N.º 8.617, DE 4 DE JANEIRO DE 1993 - *Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências.*
-  LEI N.º 8.630, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993 - *Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências. (LEI DOS PORTOS).*
-  LEI N.º 8.723, DE 28 DE OUTUBRO DE 1993 - *Dispõe sobre a redução de emissão*









de poluentes por veículos automotores e dá outras providências.

-  LEI Nº 8.746 DE 09 DE DEZEMBRO DE 1993: *Cria, mediante transformação, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia legal (MMA). Altera a Lei 8.490 de 19/11/1992 e dá outras providências.*
-  LEI Nº 8.974, DE 5 DE JANEIRO DE 1995 - *Regulamenta os incisos II e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados, autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Presidência da República, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, e dá outras providências.*
-  LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995 - *Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.*
-  LEI Nº 9.055, DE 1º DE JUNHO DE 1995 - *Disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim e dá outras providências.*
-  LEI N.º 9.059, DE 13 DE JUNHO DE 1995 - *Introduz alterações no Decreto Lei N.º 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulo à pesca. Ficam dispensados do pagamento de taxa, os aposentados e os maiores de sessenta e cinco anos, se do sexo masculino, e de sessenta anos, se do sexo feminino, que utilizem, para o exercício da pesca, linha de mão, caniço simples, caniço com molinete, empregados com anzóis simples ou múltiplos, e que não sejam filiados aos clubes ou associações referidos no art. 31 do Dec.–Lei 221, e desde que o exercício da pesca não importe em atividade comercial.*
-  LEI N.º 9.309, DE 02 DE OUTUBRO DE 1996 - *Revoga a Lei n.º 7.700, de 21 de dezembro de 1988, que cria o Adicional de Tarifa Portuária – ATP, e dá outras providências.*
-  LEI N.º 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997 - *Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal, e altera o artigo 10 da Lei N.º 8.001, de 13 de março de 1990, de 28 de dezembro de 1989. Dispõe sobre os fundamentos, objetivos, diretrizes gerais de ação e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como sobre os planos de recursos hídricos, enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes*

da mesma, outorga de direitos de uso e cobrança do uso de recursos hídricos, sistema de informações sobre recursos hídricos, ação do Poder Público, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recurso Hídricos, infrações e penalidades.









-  LEI N.º 9.605, DE 13 FEVEREIRO DE 1998 - *Lei de Crimes Ambientais, estabelece normas e critérios para punir criminalmente as condutas e atividade lesivas ao meio ambiente.* Dispõe sobre aplicação da penalidade, apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou crime, ação e processo penal, crimes contra o meio ambiente, infração administrativa e cooperação internacional para a preservação do meio ambiente.
-  LEI N.º 9.719, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998 - *Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências.*
-  LEI N.º 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999 - *Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.* Estabelece o que se entende por Educação Ambiental. Trata também da Política Nacional de Educação Ambiental e sua execução.
-  LEI N.º 9.960, DE 28 DE JANEIRO DE 2000 – *Institui a Taxa de Serviços Administrativos - TSA, em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, estabelece preços a serem obrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, cria a Taxa de Fiscalização Ambiental - TFA e dá outras providências.*
-  LEI N.º 9.966, DE 28 DE ABRIL DE 2000 - *Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.* Traz algumas definições e classificações, relata os sistemas de prevenção, controle e combate da poluição, o transporte de óleo e substâncias nocivas ou perigosas, a descarga de óleo, substâncias nocivas ou perigosas e lixo, as infrações e as sanções.
-  LEI N.º 9.972, DE 25 DE MAIO DE 2000 - *Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências*
-  LEI N.º 9.974, DE 6 DE JUNHO DE 2000 - *Altera a Lei n.º 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização a propaganda comercial a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de*








agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.







-  LEI Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000 - *Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.*
-  LEI Nº 9.985, DE 18 DE JUNHO DE 2000 - *Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.* Estabelece, em princípio, alguns conceitos. Após, trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (constituição, objetivos, diretrizes, composição), das categorias de unidade de conservação, da criação, implantação e gestão destas, dos incentivos, isenções e penalidades e das reservas da biosfera.
-  LEI Nº 10.165, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000 - *Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.*
-  LEI Nº 10.166, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000 - *Altera a Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.*
-  LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 - *Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.*
-  LEI Nº 10.295, DE 17 DE OUTUBRO DE 2001 - *Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.*
-  LEI Nº 10.410, DE 11 DE JANEIRO DE 2002 - *Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente.*
-  LEI Nº 10.650, DE 16 DE ABRIL DE 2003 - *Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.* Estabelece que os órgãos e entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, integrantes do Sisnama, ficam obrigados a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico. O indeferimento de pedido de

informações ou consulta a processos administrativos deverá ser motivado.










4.2.1.2. Decretos Federais












-  DECRETO Nº 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934 - *Decreta o Código de Águas.* Trata da águas públicas (de uso comum e dominicais), águas comuns (correntes não navegáveis ou flutuáveis), águas particulares, álveo (superfície que as águas cobrem sem transbordar para o solo natural e ordinariamente enxuto) e acessão (aluvião e avulsão), bem como das águas públicas em relação aos seus proprietários e a desapropriação. Outros temas: aproveitamento das águas públicas, navegação, portos, caça e pesca, existência de concessão ou autorização para derivação das águas públicas, desobstrução das águas públicas por seus proprietários marginais; aproveitamento das águas comuns e particulares, desobstrução e defesa, caça e pesca, nascentes; águas subterrâneas, águas pluviais, águas nocivas; servidão legal de aqueduto, e; energia hidráulica e seu aproveitamento, propriedade das quedas d'água, concessões, autorizações, fiscalização, penalidades, delegação da competência da União aos Estados para autorizar ou conceder o aproveitamento industrial das quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica.
-  DECRETO–LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 – *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.*
-  DECRETO-LEI N. 852 – DE 11 DE NOVEMBRO DE 1938 - *Mantém, com modificações, o decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934 e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 28.481, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 - *Dispõe sobre a poluição das águas.*
-  DECRETO–LEI Nº 3.866, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1941 – *Dispõe sobre o tombamento de bens no serviço do patrimônio histórico e artístico nacional.*
-  DECRETO Nº 35.851, DE 16 DE JULHO DE 1954 - *Regulamenta o art. 151, alínea c, do Código de Águas.*
-  DECRETO–LEI N.º 116, DE 25 DE JANEIRO DE 1967 - *Dispõe sobre as operações inerentes ao transporte de mercadorias por via d'água nos portos brasileiros, delimitando suas responsabilidades e tratando das faltas e avarias.*
-  DECRETO–LEI N.º 126, DE 31 DE JANEIRO DE 1967 - *Define as atribuições dos Portos Organizados e Repartições aduaneiras na fiscalização, controle e trânsito de mercadorias.*

-  DECRETO-LEI N.º 128, DE 31 DE JANEIRO DE 1967 - *Dispõe sobre a alienação de imóveis integrantes dos acervos das empresas concessionárias dos serviços portuários.*
-  DECRETO-LEI N.º 188, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1967 - *Dispõe sobre a aplicação da correção do registro contábil do valor original dos bens do ativo imobilizado do capital das empresas concessionárias dos serviços portuários.*
-  DECRETO-LEI Nº 221, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 - *Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*
-  DECRETO-LEI N.º 794, DE 27 DE AGOSTO DE 1969 - *Autoriza a União a constituir empresas para a exploração de portos, terminais e vias navegáveis e dá outras providências.*
-  DECRETO-LEI N.º 1.413, DE 14 DE AGOSTO DE 1975 - *Dispõe sobre o Controle da Poluição do Meio Ambiente provocados por atividades industriais.*
-  DECRETO Nº 76.389, DE 3 DE OUTUBRO DE 1975 - *Dispõe sobre as medidas de prevenção e controle da poluição industrial, de que trata o Decreto-lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975, e dá outras providências.* Estabelece o conceito de poluição industrial. A Secretaria Especial do Meio-Ambiente - SEMA – é o órgão responsável para propor critérios, normas e padrões, para o território nacional, de preferência em base regional, visando a evitar e a corrigir os efeitos danosos da poluição industrial. Os Estados e Municípios, no limite das respectivas competências, poderão estabelecer condições para o funcionamento das empresas, respeitados os critérios, normas e padrões fixados pelo Governo Federal. Trata, outrossim, das penalidades que serão aplicadas, além das previstas em leis estaduais e municipais e da hipótese de suspensão das atividades.
-  DECRETO N.º 77.775, DE 8 DE JUNHO DE 1976 - *Regulamenta a Lei n.º 6.225, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre discriminação, pelo Ministério da Agricultura, de regiões para execução obrigatória de planos de proteção ao solo e de combate à erosão, e dá outras providências.* Dispõe que é da competência do Ministério da Agricultura, através da Divisão de Conservação do Solo e da Água (DICOSA), do Departamento Nacional de Engenharia Rural (DNGE), promover, supervisionar e orientar a política nacional de conservação do solo. Estabelece: prazo aos proprietários ou arrendatários das terras localizadas nas regiões discriminadas para o início de trabalho de proteção do solo, que é de seis meses; que para o cultivo e exploração econômica faz-se necessário a prévia execução de planos de proteção ao solo e de combate à erosão, e ; que esses proprietários são obrigados a cumprir algumas exigências discriminadas no próprio Decreto.








-  DECRETO–LEI N.º 1.507, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1976 - *Altera o artigo 3º e seus parágrafos da Lei n.º 3.421, de 10 de julho de 1958, e dá outras providências.*
-  DECRETO Nº 79.367, DE 9 DE MARÇO DE 1977 - *Dispõe sobre normas e o padrão de potabilidade de água e dá outras providências.* Estabelece que o Ministério da Saúde é que elaborará normas e estabelecerá o padrão de potabilidade de água, a serem observados em todo o território nacional e que os órgãos e entidades dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, responsáveis pela operação dos sistemas de abastecimento público, deverão adotar, obrigatoriamente, essas normas e padrão de potabilidade. Portaria 1.469/MS, de 29/12/2000 - D.O. eletrônico de 02/01/2001, pág. 19: norma de qualidade da água para consumo humano e estabelece o padrão de potabilidade.
-  DECRETO Nº 83.540, DE 04 DE JUNHO DE 1979 - *Regulamenta a aplicação da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, de 1969, e dá outras providências.* Estabelece que, via de regra, o proprietário de navio que transporte óleo a granel como carga é civilmente responsável pelos danos causados por poluição por óleo no Território Nacional, incluído o mar territorial. Como garantia dessa responsabilidade, todo navio registrado em Estado contratante, e que transporte mais de duas mil toneladas de óleo a granel como carga, deverá ter, a bordo, o Certificado de Garantia Financeira. Esse certificado será exigido pela Diretoria de Portos e Costas (DPC), do Ministério da Marinha. Os órgãos estaduais de controle do meio ambiente executarão, em articulação com a SEMA, as medidas preventivas e corretivas necessárias à redução dos danos causados por poluição por óleo, bem como supervisionarão as medidas adotadas pelo proprietário do navio concernentes a essa redução dos danos.
-  DECRETO Nº 85.206, DE 25 DE SETEMBRO DE 1980 – *Altera o art. 8º do Decreto 76.389, de 03 de outubro de 1975, que dispõe sobre as medidas de prevenção e controle da poluição industrial.*
-  DECRETO Nº 86.176, DE 06 DE JULHO DE 1981 - *Regulamenta a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico e dá outras providências.* Estabelece que é de competência do Ministério da Indústria e do Comércio, através da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, coordenar as atividades relativas à execução do Decreto, dentre outras especificadas no mesmo. Trata ainda das áreas especiais de interesse turístico (conceito, classificação e forma de instituição), dos locais de interesse turístico (conceito e forma de instituição), dos bens culturais ou naturais de interesse turístico e as sanções (além da ação penal cabível).
-  DECRETO N.º 86.028, DE 27 DE AGOSTO DE 1981 – *Institui em todo território*

nacional a “Semana Nacional do Meio Ambiente” e das outras providências. A Semana será realizada na primeira semana do mês de julho, quando se comemora o “Dia Mundial do Meio Ambiente”.






-  DECRETO N° 86.859, DE 19 DE JANEIRO DE 1982 - *Altera o Decreto n° 84.398, de 16 de janeiro de 1980, que dispõe sobre a ocupação de faixas de domínio de vias de transporte e de terrenos de domínio público e a travessia de vias de transporte, por linhas de transmissão, subtransmissão e distribuição de energia elétrica. Estabelece que a ocupação será autorizada pelo órgão público federal, estadual ou municipal ou entidade competente, sob cuja jurisdição estiver a área.*
-  DECRETO N° 88.351, DE 01 DE JUNHO DE 1983 - *Regulamenta a Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981, e a lei n° 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe, respectivamente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências. Estabelece a execução da Política Nacional do Meio Ambiente: objetivos, estrutura e atuação do sistema nacional do Meio Ambiente, licenciamento das atividades, dos incentivos e do cadastramento, das estações ecológicas e áreas de proteção ambiental e das penalidades.*
-  DECRETO N.º 89.336, DE 31 DE JANEIRO DE 1984 - *Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico, e dá outras providências.*
-  DECRETO N° 94.076, DE 05 DE MARÇO DE 1987 – *Institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 97.628, DE 10 DE ABRIL DE 1989 - *Regulamenta o artigo 21 da Lei N.º 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal, e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 97.632, DE 10 DE ABRIL DE 1989 - *Dispõe sobre a regulamentação do art. 2º, inciso VIII da lei N.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 97.633, DE 10 DE ABRIL DE 1989 - *Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna - CNPF e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 97.822, DE 08 DE JUNHO DE 1989 - *Institui o Sistema de Monitoramento Ambiental e dos Recursos Naturais por Satélites - SISMARN e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 99.193, DE 27 DE MARÇO DE 1990 - *Dispõe sobre as atividades relacionadas ao zoneamento ecológico - econômico, e dá outros procedimentos.*







-  DECRETO Nº 99.274, DE 06 DE JUNHO DE 1990 – *Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.*
-  DECRETO Nº 99.475, DE 24 DE AGOSTO DE 1990 - *Dispõe sobre a descentralização da administração dos portos, hidrovias e eclusas que menciona, e dá outras providências.*
-  DECRETO Nº 122, DE 17 DE MAIO DE 1991 - *Dá nova redação ao art. 41 do Decreto nº 99.274, de 6 junho de 1990.* Estabelece que, na cominação de penalidades pecuniárias para as mesmas hipóteses de infração à legislação ambiental no âmbito dos três entes federativos, excluir-se-á a exigência de multa federal.
-  DECRETO Nº 1.035, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993 - *Dispõe sobre o recolhimento do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso, e dá outras providências.*
-  DECRETO Nº 1.306, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1994 – *Regulamenta o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, de que tratam os arts. 13 e 20 da Lei 7.347, de 24/07/1985, seu Conselho Gestor e dá outras providências.*
-  DECRETO Nº 1467, DE 27 DE ABRIL DE 1995 - *Cria o Grupo Executivo para Modernização dos Portos (GEMPO).*
-  DECRETO Nº 1.541, DE 27 DE JUNHO DE 1995 - *Regulamenta o Conselho Nacional da Amazônia Legal.* Dispõe sobre a competência do CONAMAZ, órgão colegiado integrante da Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, suas sessões, composição, e característica: serviço de natureza relevante e não remunerado.
-  DECRETO Nº 1.596, DE 17 DE AGOSTO DE 1995 - *Autoriza a realização de levantamento dos trabalhos portuários em atividade, e dá outras providências.*
-  DECRETO Nº 1.886, DE 29 DE ABRIL DE 1996 - *Regulamenta disposições da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.*
-  DECRETO Nº 1.910, DE 21 DE MAIO DE 1996 - *Dispõe sobre a concessão e a permissão de serviços desenvolvidos em terminais alfandegados de uso público, e dá outras providências.*
-  DECRETO Nº 1.912, DE 21 DE MAIO DE 1996 - *Dispõe sobre o alfandegamento*

de portos organizados e instalações portuárias de uso público e de uso privativo, e dá outras providências.







-  DECRETO Nº 1.922, DE 5 DE JUNHO DE 1996 - *Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências.* Trata da propriedade particular que, por suas características ambientais especiais e representativas da região, merece proteção do Poder Público. Regulamenta os requisitos para reconhecimento da área, o órgão reconhecedor da mesma, as obrigações do proprietário, atividade fiscalizatória e a sanção por danos ou irregularidades.
-  DECRETO N.º 2088, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1996 - *Autoriza a prorrogação da descentralização, até 31 de dezembro de 1997, referente às atividades que menciona e dá outras providências.*
-  DECRETO Nº 2.168, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1997 – *Amplia outorga e os prazos de concessão ou permissão de recintos alfandegados de uso público.*
-  DECRETO N.º 2184, DE 24 DE MARÇO DE 1997 - *Regulamenta o artigo 2 da Lei 9.277, de 10 de maio de 1996, que autoriza a União a delegar aos Municípios ou Estados da Federação a exploração dos portos federais.*
-  DECRETO Nº 2.178, DE 17 DE MARÇO DE 1997 – *Altera o Dec. 89.496, de 29/03/1984, que regulamenta a Lei 6662, de 25/06/1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação.*
-  DECRETO Nº 2.661, DE 8 DE JULHO DE 1998 - *Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (código florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências.* Dispõe sobre medidas preventivas contra queimadas, vedando e ao mesmo tempo restringindo a utilização de fogo na atividade agropecuária e nas áreas florestais. Trata ainda da autorização para a queima controlada, fiscalização pelo órgão competente, das hipóteses de suspensão do emprego do fogo, bem como das etapas progressivas de diminuição do mesmo.
-  DECRETO Nº 2.669, DE 15 DE JULHO DE 1998 - *Promulga a Convenção nº 163 da OIT, sobre o Bem-Estar dos Trabalhadores Marítimos no Mar e no Porto, assinada em Genebra, em 8 de outubro de 1987.* Dispõe sobre o bem-estar, que deve ser considerado em sentido amplo (aspecto cultural, recreativo e informativo), quais as providências para se assegurar esse bem-estar, os portos onde os meios e serviços para o bem-estar devem ser instalados, atividade fiscalizatória e a vigência da

Convenção.


-  DECRETO Nº 2.869, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1998 - *Regulamenta a cessão de águas públicas para exploração da aquicultura, e dá outras providências*. Trata dos bens da União que podem ser explorados (excluídas as áreas de preservação permanente), os cessionários preferenciais, o caráter temporário e pessoal da cessão (que depende de prévia autorização para transferência), os prazos de uso, sanções nos casos de destinação diversa da área cedida ou inadimplemento contratual, permissão para edificação de obras ou providências indispensáveis e trâmites para a aprovação do projeto para exploração.
-  DECRETO Nº 3.010, DE 30 DE MARÇO DE 1999 - *Altera o art. 1º do Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998. Revoga o Dec 2905, de 28/12/1998*.
-  DECRETO Nº 3.100, DE 30 DE JUNHO DE 1999 - *Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências*. Estabelece que o deferimento ou não da qualificação é obtido perante o Ministério da Justiça, através de requerimento a este dirigido. Estas entidades atuarão, pelo menos, em uma das áreas especificadas no art. 3º da Lei 9790/99. Seu vínculo jurídico será instituído por meio de termo de parceria. Este, por sua vez, especificará o objeto, as metas, os resultados e o cronograma, os critérios de avaliação de desempenho, a previsão de receitas e despesas, etc. (art. 3º da Lei 9790/99). Admite-se a possibilidade de concurso para aprovação de projetos. Haverá fiscalização pelo Poder Público da execução do termo. Na hipótese de malversação dos bens ou recursos públicos, serão aplicadas sanções cabíveis.
-  DECRETO Nº 3.179, DE 21 DE SETEMBRO DE 1999 - *Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*. Estabelece a gradação das punições às infrações administrativas ambientais (que podem ser cumulativas). Às impostas pelos outros entes que não a União substituem a aplicação da penalidade deste para o mesmo fato. Outrossim, estabelece: que os valores recolhidos a título de multa reverterão ao Fundo Nacional do Meio Ambiente; o critério para se fixar o valor da multa (inclusive na reincidência) e sua correção; as sanções aplicáveis nos crimes contra a fauna, flora, à poluição e outras infrações ambientais (incluindo-se as contra o ordenamento urbano, patrimônio cultural e administração ambiental).
-  DSN, DE 18 DE OUTUBRO DE 1999 – *Dispõe sobre o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – CONSIPAM, e dá outras providências*.

-  DECRETO Nº 3.524, DE 26 DE JUNHO DE 2000 – *Regulamenta a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências.*
-  DECRETO Nº 3.664, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2000 - *Regulamenta a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico e dá outras providências.* Dispõe sobre as hipóteses de classificação obrigatória em todo o território nacional. Há possibilidade de delegação dessa atividade pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento, o que não acontece com os importados, cuja mesma atividade é executada diretamente por este. Essa classificação, nas operações de compra e venda do Poder Público será de responsabilidade do mesmo órgão ou instituição que coordena o processo de aquisição e alienação. Elenca os objetos sujeitos à classificação. Estabelece que o resultado será em função da amostra. Outrossim, dispõe sobre: a hipótese de nova classificação, a padronização oficial, o cadastro-geral das pessoas físicas e jurídicas, a fiscalização, as penalidades para o descumprimento de disposições relacionadas com a prestação de serviços de classificação de produtos vegetais, etc.
-  DECRETO Nº 3.834, DE 5 DE JUNHO DE 2001 - *Regulamenta o art. 55 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e delega competência ao Ministro de Estado do Meio Ambiente para a prática do ato que menciona, e dá outras providências.*
-  DECRETO Nº 3.942, DE 27 DE SETEMBRO DE 2001 - *Dá nova redação aos arts. 4º, 5º, 6º, 7º, 10 e 11 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990.* O presente Decreto dispõe sobre a composição, organização e competência do CONAMA, bem como destaca a publicidade das sessões do Plenário.
-  DECRETO Nº 4.136, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2002 - *Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.* A priori, fixa alguns conceitos. Em seguida, considera o que seja água sob jurisdição nacional. A partir daí passa a dispor sobre as infrações (dentre outras a multa) e suas respectivas penalidades e o procedimento para aplicação destas.
-  DECRETO Nº 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002 - *Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.* Trata do conteúdo do ato de criação de uma Unidade de Conservação, quais os critérios utilizados na











denominação de cada Unidade, da consulta pública para sua criação, dos limites da Unidade em relação ao subsolo e espaço aéreo, do mosaico das Unidades (incluídos os corredores ecológicos), do plano de manejo que, após aprovação, deve estar disponível ao público e da possibilidade de implantação de conselho consultivo ou deliberativo (sua representação, sessões e competência), Estabelece ainda: a gestão compartilhada de unidade de conservação por OSCIP, regulada por termo de parceria firmado com o órgão executor, a autorização para a exploração de bens e serviços, a compensação por significativo impacto ambiental, o reassentamento das populações tradicionais, a reavaliação de Unidade não prevista e a Reserva da Biosfera (modelo de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, que tem por objetivos básicos a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento das atividades de pesquisa científica).













-  DECRETO Nº 4.543, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002 - *Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.*
-  DECRETO Nº 4.613, DE 11 DE MARÇO DE 2003 - *Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.* Dispõe sobre sua competência, composição, funcionamento e organização, bem como sobre a competência da sua Secretaria-Executiva.
-  DECRETO Nº 4.755, DE 20 DE JUNHO DE 2003 - *Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Meio Ambiente, e dá outras providências.*
-  DECRETO Nº 4.756, DE 20 DE JUNHO DE 2003 - *Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e dá outras providências.*
-  DECRETO Nº 4.765, DE 24 DE JUNHO DE 2003 - *Altera o Decreto nº 4.543, de 26 de dezembro de 2002, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.*
-  DECRETO Nº 4.810, DE 19 DE AGOSTO DE 2003 - *Estabelece normas para operação de embarcações pesqueiras nas zonas brasileiras de pesca, alto mar e por meio de acordos internacionais, e dá outras providências.* Dispõe que o arrendamento de embarcação estrangeira de pesca por empresa ou cooperativa de pesca brasileira é considerado instrumento temporário da política de desenvolvimento da pesca oceânica nacional. O prazo de autorização para o arrendamento de embarcação é de até dois anos com possibilidade de prorrogação. Trata da nacionalização da embarcação de pesca estrangeira; das obrigações dos

proprietários, armadores ou arrendatários das embarcações pesqueiras; da fiscalização; das penalidades por descumprimento dos dispositivos legais. Importante salientar que o presente Decreto considera como de domínio da União o conjunto de conhecimentos técnicos e científicos obtidos no decorrer de operações de embarcações estrangeiras arrendadas.















-  DECRETO 4.811, DE 19 DE AGOSTO DE 2003 – *Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e dá outras providências.*

4.2.1.3. Resoluções










-  CONAMA N.º 02, DE 05 DE JUNHO DE 1984 - *Dispõe sobre a poluição causada pelos efluentes das destilarias de álcool.*
-  CONAMA N.º 004, DE 05 DE JUNHO DE 1984 - *Estabelece critérios e parâmetros para regular a localização de novas indústrias.*
-  CONAMA N.º 05, DE 05 DE JUNHO DE 1984 - *Dispõe sobre a implantação de Áreas de Relevante Interesse Ecológico.*
-  CONAMA N.º 06, DE 05 DE JUNHO DE 1984 - *Dispõe sobre o estabelecimento de normas e critérios referentes a Reservas Ecológicas Particulares.*
-  CONAMA N.º 008, DE 05 DE JUNHO DE 1984 - *Estabelece normas para usos de Recursos Ambientais existentes em Reservas Ecológicas Particulares e em Áreas de Relevante Interesse Ecológicos.*
-  CONAMA N.º 10, DE 26 DE SETEMBRO DE 1984 - *Dispõe sobre medidas destinadas ao controle da Poluição causada por Veículos Automotores.*
-  CONAMA N.º 11, DE 26 DE SETEMBRO DE 1984 - *Dispõe sobre a implantação de Áreas de Relevante Interesse Ecológico.*
-  CONAMA N.º 12, DE 27 DE SETEMBRO DE 1984 - *Dispõe sobre a consequências ambientais de obras.*
-  CONAMA N.º 14, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1984 - *Dispõe sobre a implantação de Áreas de Relevante Interesse Ecológico.*
-  CONAMA N.º 17, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1984 - *Dispõe sobre a implantação de Áreas de Relevante Interesse Ecológico.*

-  CONAMA N.º 02, DE 05 DE MARÇO DE 1985 - *Dispõe sobre licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, pelos órgãos estaduais competentes.*
-  CONAMA N.º 004, DE 18 DE SETEMBRO DE 1985 - *Estabelece definições e conceitos sobre Reservas Ecológicas.*
-  CONAMA N.º 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986 - *Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.*
-  CONAMA N.º 006, DE 24 DE JANEIRO DE 1986 - *Aprova os modelos de publicações em periódicos de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova modelos para publicação de licenças.*
-  CONAMA N.º 011, DE 18 DE MARÇO DE 1986 - *Altera e acrescenta incisos na Resolução 001/86 que institui RIMA.*
-  CONAMA N.º 013, DE 18 DE MARÇO DE 1986 - *Cria a Comissão Especial para reformular a Portaria GM/MINTER N.º 13, que dispõe sobre a classificação das águas interiores no Território Nacional.*
-  CONAMA N.º 020, DE 18 DE JUNHO DE 1986 - *Estabelece a classificação das águas doces, salobras e salinas do Território Nacional.*
-  CONAMA N.º 04, DE 18 DE JUNHO DE 1987 - *Dispõe sobre a declaração como sítios de relevância cultural todas as Unidades de Conservação, Monumentos Naturais, Jardins Botânicos, Jardins Zoológicos e Hortos Florestais, criados a nível federal, estadual e municipal.*
-  CONAMA N.º 007, DE 16 DE SETEMBRO DE 1987 - *Regulamenta o uso do amianto (asbestos).*
-  CONAMA N.º 009, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1987 - *Estabelece normas para realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do RIMA.*
-  CONAMA N.º 010, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1987 - *Dispõe sobre a implantação de Estações Ecológicas pela entidade ou empresa responsável por empreendimentos que causem danos às florestas e a outros ecossistemas.*
-  CONAMA N.º 011, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1987 - *Declara como Unidades de Conservação certas categorias de Sítios Ecológicos de Relevância Cultural, criadas*

por atos do poder público.









-  CONAMA N.º 002, DE 13 DE JUNHO DE 1988 - *Estabelece as atividades que podem ser desenvolvidas nas Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE).*
-  CONAMA N.º 03, DE 16 DE MARÇO DE 1988 - *Dispõe sobre a constituição de mutirões ambientais.*
-  CONAMA N.º 04, DE 15 DE JUNHO DE 1988 - *Dispõe sobre prazos para controle de emissão de gases do cárter de veículos do ciclo diesel.*
-  CONAMA N.º 010, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1988 - *Dispõe sobre Áreas de Proteção Ambiental e Zoneamento Ecológico/Econômico.*
-  CONAMA N.º 005, DE 15 DE JUNHO DE 1989 - *Instituir o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – PRONAR.*
-  CONAMA N.º 006, DE 15 DE JUNHO DE 1989 - *Institui o Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas – CNEA.*
-  CONAMA N.º 12, DE 14 DE SETEMBRO DE 1989 - *Proíbe atividades que possam por em risco a conservação dos ecossistemas, ou a proteção à biota constituída de espécies raras, e a harmonia da paisagem nas Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIES).*
-  CONAMA N.º 001, DE 08 DE MARÇO DE 1990 - *Estabelece padrões, critérios e diretrizes a serem observados na emissão de ruídos.*
-  CONAMA N.º 003, DE 28 DE JUNHO DE 1990 - *Estabelece padrões de qualidade do ar.*
-  CONAMA N.º 06, DE 17 DE OUTUBRO DE 1990 - *Dispõe sobre a aplicação de dispersantes químicos em vazamentos, derrames e descargas de petróleo.*
-  CONAMA N.º 008, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1990 - *Estabelece limites máximos de emissão de poluentes do ar (padrões de emissão).*
-  CONAMA N.º 11, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1990 - *Dispõe a revisão e elaboração de planos de manejo e licenciamento ambiental na Mata Atlântica.*
-  CONAMA N.º 13, DE JUNHO DE 1990 - *Estabelece normas de uso dos entornos de Unidades de Conservação.*
-  CONAMA N.º 16, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1990 - *Dispõe sobre estudos a garantir*

a sustentação econômica, a qualidade de vida da população e a preservação ambiental.









-  CONAMA N.º 02, DE 22 DE AGOSTO DE 1991 - *Dispõe sobre adoção ações corretivas, de tratamento e de disposição final de cargas deterioradas, contaminadas ou fora das especificações ou abandonadas.*
-  CONAMA N.º 006, DE 19 DE SETEMBRO DE 1991 - *Desobriga a incineração ou qualquer outro tratamento de queima dos resíduos sólidos provenientes dos estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos, ressalvados os casos previstos em lei e acordos internacionais.*
-  CONAMA N.º 08, DE 19 DE SETEMBRO DE 1991 - *Dispõe sobre a entrada no país de materiais residuais.*
-  CONAMA N.º 004, 31 DE MARÇO DE 1993 - *Considera de caráter emergencial, para fins de zoneamento e proteção, todas as áreas de formações nativas de restinga.*
-  CONAMA N.º 5, DE 5 DE AGOSTO DE 1993 - *Define procedimentos mínimos para o gerenciamento de resíduos sólidos.*
-  CONAMA N.º 009, DE 31 DE AGOSTO DE 1993 - *Estabelece definições e torna obrigatório o recolhimento e destinação adequada de todo o óleo lubrificante usado ou contaminado.*
-  CONAMA N.º 10, DE 1º DE OUTUBRO DE 1993 – *Estabelece parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica.*
-  RESOLUÇÃO N.º 1, CONSELHO DE GOVERNO (CÂMARA DE POLÍTICAS DE INFRA-ESTRUTURA), DE 27 DE ABRIL DE 1995 - *Fixa a orientação básica para o desenvolvimento das atividades e iniciativas relacionadas ao Programa Integrado de Modernização dos Portos.*
-  CONAMA N.º 002, 18 DE ABRIL DE 1996 - *Determina a implantação de unidade de conservação de domínio público e uso indireto, preferencialmente Estação Ecológica, a ser exigida em licenciamento de empreendimentos de relevante impacto ambiental, como reparação dos danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas, em montante de recursos não inferior a 0,5 % (meio por cento) dos custos totais do empreendimento. Revoga a Resolução CONAMA n.º 10/87, que exigia como medida compensatória à implantação de estação ecológica.*

- 📖 CONAMA N.º 04, DE 9 DE OUTUBRO DE 1995 – *Estabelece as áreas de Segurança Aeroportuária (ASA).*
- 📖 CONAMA N.º 13, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995 - *Estabelece prazo para o cadastramento de empresas que produzam, importem, exportem, comercializem ou utilizem substâncias controladas que destroem a camada de ozônio.*
- 📖 CONAMA N.º 02, DE 18 DE ABRIL DE 1996 – *Determina a implantação de uma unidade de conservação de domínio público e uso indireto, preferencialmente uma Estação Ecológica, como um dos requisitos a serem atendidos pela entidade licenciada para empreendimentos de relevante impacto ambiental, tendo em vista a reparação dos danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas.*
- 📖 CONAMA N.º 03, DE 18 DE ABRIL DE 1996 - *Esclarece que vegetação remanescente de Mata Atlântica abrange a totalidade de vegetação primária e secundária em estágio inicial, médio e avançado de regeneração, com vistas à aplicação do Decreto nº 750, de 10/2/93.*
- 📖 CONAMA N.º 10, DE 24 DE OUTUBRO DE 1996 - *Regulamenta o licenciamento ambiental em praias onde ocorre a desova de tartarugas marinhas.*
- 📖 CONAMA N.º 20, DE 24 DE OUTUBRO DE 1996 - *Define os itens de ação indesejável, referente à emissão de ruído e poluentes atmosféricos.*
- 📖 CONAMA N.º 237, 18 DE DEZEMBRO DE 1997 - *Determina a revisão dos procedimentos e critérios utilizados ao licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente.*
- 📖 CONAMA N.º 235, DE 07 DE JANEIRO DE 1998 - *Classifica os resíduos para melhor gerenciamento das importações.*
- 📖 CONAMA N.º 249, DE 29 DE JANEIRO DE 1999 - *Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica.*
- 📖 CONAMA N.º 267, DE 14 DE SETEMBRO DE 2000 - *Proibição de substâncias que destroem a camada de ozônio.*
- 📖 CONAMA N.º 274, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2000 - *Revisa os critérios de Balneabilidade em Águas Costeiras.*
- 📖 CONAMA N.º 278, DE 24 DE MAIO DE 2001 – *Determina que o Instituto Brasileiro*




do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA suspenda as autorizações concedidas por ato próprio ou por delegação aos demais órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente-SISNAMA, para corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção, constantes da lista oficial daquele órgão, em populações naturais no bioma Mata Atlântica, até que sejam estabelecidos critérios técnicos, cientificamente embasados, que garantam a sustentabilidade da exploração e a conservação genética das populações exploráveis.









-  CONAMA N.º 281, DE 12 DE JULHO DE 2001 – *Estabelece que os modelos de publicação de pedidos de licenciamento, sua renovação e concessão, serão exigidos conforme determina a Resolução CONAMA nº 06, de 24 de Janeiro de 1986, somente para os empreendimentos e atividades relacionados no artigo 2º da Resolução CONAMA nº 1, de 23 de Janeiro de 1986, ou para aqueles que, a critério dos órgãos competentes, sejam identificados como de significativo impacto ambiental.*
-  CONAMA N.º 283, DE 12 DE JULHO DE 2001 - *Dispõe sobre o tratamento e a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde.*
-  ANVISA Nº 217, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2001 - *Aprova Regulamento Técnico com vistas à promoção da vigilância sanitária nos Portos de Controle Sanitário instalados no território nacional, embarcações que operem transportes de cargas e ou viajantes nesses locais, e com vistas a promoção da vigilância epidemiológica e do controle de vetores dessas áreas e dos meios de transporte que nelas circulam.*
-  CONAMA N.º 293, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001 - *Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo originados em portos organizados, instalações portuárias ou terminais, dutos, plataformas, bem como suas respectivas instalações de apoio, e orienta a sua elaboração.*
-  CONAMA N.º 300, DE 20 DE MARÇO DE 2002 - *Complementa os casos passíveis de autorização de corte previstos no art. 2º da Resolução nº 278, de 24 de maio de 2001.*
-  CONAMA N.º 292, DE 21 DE MARÇO DE 2002 - *Disciplina o cadastramento e recadastramento das Entidades Ambientalistas no CNEA.*
-  CONAMA N.º 302, DE 20 DE MARÇO DE 2002 - *Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.*
-  CONAMA N.º 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002 - *Dispõe sobre parâmetros,*

definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.





-  CONAMA N.º 306, DE 5 DE JULHO DE 2002 - *Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais em portos.*
-  CONAMA N.º 307, DE 5 DE JULHO DE 2002 - *Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.*
-  CONAMA N.º 308, DE 21 DE MARÇO DE 2002 - *Licenciamento Ambiental de sistemas de disposição final dos resíduos sólidos urbanos gerados em municípios de pequeno porte.*
-  CONAMA N.º 309, DE 20 DE MARÇO DE 2002 - *Regulamentação da Resolução nº 278, de 24 de maio de 2001.*
-  CONAMA N.º 313, DE 29 DE OUTUBRO DE 2002 - *Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.*
-  CONAMA N.º 316, DE 29 DE OUTUBRO DE 2002 - *Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos.*
-  CONAMA N.º 317, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2002 - *Regulamentação da Resolução nº 278, de 24 de maio de 2001, que dispõe sobre o corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica.*
-  CONAMA N.º 319, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2002 - *Dá nova redação a dispositivos da Resolução CONAMA n.º 273, de 29 de novembro de 2000, que dispõe sobre prevenção e controle da poluição em postos de combustíveis e serviços.*

4.2.1.4. Instruções Normativas












-  IN SRF N.º 028, DE 27 DE ABRIL DE 1994 - *Disciplina o despacho aduaneiro de mercadorias destinadas à exportação. Alterada pela IN SRF nº 354, de 01 de setembro de 2003.*
-  IN SRF N.º 37, DE 24 DE JUNHO DE 1996 - *Estabelece termos e condições para o alfandegamento de portos organizados e instalações portuárias de uso público ou de uso privativo.*
-  IN SRF N.º 048, DE 23 DE AGOSTO DE 1996 - *Estabelece critérios de ressarcimento ao FUNDAF, referentes às despesas administrativas decorrentes das atividades extraordinárias da fiscalização aduaneira prestadas em portos organizados, instalações portuárias, silos e tanques alfandegados.*

-  IN SRF Nº 081, DE 24 DE OUTUBRO DE 1997 - *Institui o Sistema Integrado de Regulamentação Aduaneira - SIRAD e dá outras providências.*
-  IN SRF Nº 035, DE 02 DE ABRIL DE 1998 - *Dispõe sobre o Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado.*
-  IN SRF Nº 39, DE 08 DE ABRIL DE 1998 - *Dispõe sobre a verificação de mercadoria a bordo de embarcação.*
-  IN SRF Nº 055, DE 23 DE MAIO DE 2000 - *Estabelece termos e condições para instalação e funcionamento de terminais alfandegados de uso público.*
-  IN SRF Nº 109, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2000 - *Estabelece termos e condições para a transferência de concessão ou permissão ou do controle societário da concessionária ou da permissionária prestadora de serviços em terminais alfandegados de uso público.*
-  IN SRF Nº 155, DE 22 DE ABRIL DE 2002 - *Dispõe sobre o regime de Depósito Alfandegado Certificado (DAC).*
-  IN SRF Nº 248, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2002 - *Dispõe sobre a aplicação do regime de trânsito aduaneiro.*
-  IN SRF Nº 356, DE 2 DE SETEMBRO DE 2003 - *Altera a Instrução Normativa SRF nº 241, de 6 de novembro de 2002, que dispõe sobre o regime especial de entreposto aduaneiro na importação e na exportação.*


4.2.1.5. Portarias

-  PORTARIA GM Nº 013, DE 15 DE JANEIRO DE 1976 - *Dispõe sobre a classificação dos cursos d'água interiores.*
-  PORTARIA MINTER Nº 231, DE 27 DE ABRIL DE 1976 - *Trata dos padrões de qualidade do ar.*
-  PORTARIA Nº 536, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1976 - *Regula a qualidade das águas destinadas a balneabilidade.*
-  PORTARIA Nº 468, DE 31 DE MARÇO DE 1978 – *Estabelece que as derivações insignificantes das águas públicas dos rios federais, referidas no art. 43 do Código de Águas, somente poderão ser realizadas pelos proprietários ribeirinhos, para aplicações da agricultura, da indústria e da higiene, mediante permissão, através de Portaria do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica -*

DNAEE.

-  PORTARIA Nº 053, DE 01 DE MARÇO DE 1979 – *Regula a aprovação de projetos específicos de tratamento e disposição de resíduos sólidos, assim como a fiscalização de sua implantação.*
-  PORTARIA MINTER N.º 092, DE 19 DE JUNHO DE 1980 - *Edita critérios e padrões a serem obedecidos na emissão de sons e ruídos em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive programada.*
-  PORTARIA GM Nº 124, DE 20 DE AGOSTO DE 1980 - *Prevenir a ocorrência e acidentes ambientais nos rios por indústrias potencialmente poluidoras.*
-  PORTARIA INTERMINISTERIAL N.º 917, DE 06 DE JUNHO DE 1982 - *Dispõe sobre mobilização de terra, poluição da água, do ar e do solo.*
-  PORTARIA IBAMA N.º 94, DE 26 DE JANEIRO DE 1990 - *Dispõe sobre o Serviço de Defesa Ambiental na estrutura das Superintendências Estaduais e no Distrito Federal.*
-  PORTARIA MT Nº 1.001 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1993 – *Dispõe sobre a constituição da área organizada do Porto de Cabedelo.*
-  PORTARIA MMA N.º 326, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1994 - *Institui o regimento interno do CONAMA.*
-  PORTARIA N.º 600/MT, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1995 - *Define a Coordenação do Programa de Privatização dos Portos, a nível do Ministério dos Transportes.*
-  PORTARIA SRF Nº 1.170, DE 03 DE AGOSTO DE 2000 - *Dispõe sobre a realização de avaliação das condições de funcionamento dos recintos e locais alfandegados.*
-  PORTARIA MS Nº 1.469/GM, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000 - *Aprova a Norma de Qualidade da Água para Consumo Humano, que dispõe sobre procedimentos e responsabilidades inerentes ao controle e à vigilância da qualidade da água para consumo humano, estabelece o padrão de potabilidade da água para consumo humano, e dá outras providências.*
-  PORTARIA MMA Nº 319, DE 15 DE AGOSTO DE 2003 - *Estabelece os requisitos mínimos quanto ao credenciamento, registro, certificação, qualificação, habilitação, experiência e treinamento profissional de auditores ambientais para execução de auditorias ambientais que especifica (em portos).*

4.2.1.6. Ato Declaratório

 **ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRF N.º 6, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2002 –**
Declara alfandegado o Porto Organizado de Cabedelo, localizado no município de Cabedelo, Estado da Paraíba.

4.3. LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Ao nível estadual, a Constituição da Paraíba, no Capítulo IV, trata especificamente do Meio Ambiente e do Solo. Em seu art. 227 menciona que é dever do Estado a defesa e preservação do Meio Ambiente para as gerações futuras. Para garantir esses objetivos de proteção ambiental são listados os instrumentos que devem ser criados para que o Poder Público possa efetivamente realizar a devida proteção. Atividades utilizadoras ou não de recursos ambientais, mas capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental necessitam de licença para operar. Já o art. 229 dispõe sobre a ocupação da zona costeira e os requisitos para que se possa construir nessa área.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

C A P Í T U L O I V

DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DO SOLO

Art. 227 - *O meio ambiente é do uso comum do povo e essencial a qualidade de vida, sendo dever do Estado defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

Parágrafo único - Para garantir esse objetivo, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais;

II - proteger a fauna e a flora, proibindo as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção da espécie ou submetam os animais à crueldade;

III - proibir as alterações físicas, químicas ou biológicas, direta ou indiretamente nocivas à saúde, à segurança e ao bem-estar da comunidade;

IV - promover a educação ambiental, em todos os níveis de ensino, e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

V - criar a disciplina Educação Ambiental para o 1º, 2º e 3º graus, em todo o Estado;

VI - preservar os ecossistemas naturais, garantindo a sobrevivência da fauna e da flora silvestres, notadamente das espécies raras ou ameaçadas de extinção;

VII - considerar interesse ecológico do Estado toda a faixa de praia de seu território até cem metros da maré de sizígia, bem como a falésia do Cabo Branco, Coqueirinho, Tambaba, Tabatinga, Forte e Cardoso, e ainda, os remanescentes da Mata Atlântica, compreendendo as matas de Mamanguape, Rio Vermelho, Buraquinho, Amém, Aldeia de Cavaçu, de Areia, as matas do curimataú, Brejo, Agreste, Sertão, Cariri, a reserva florestal de São José da Mata no Município de Campina Grande e o Pico do Jabre em Teixeira, sendo dever de todos preservá-los nos termos da lei e desta Constituição;

VII - elaborar o inventário e o mapeamento das coberturas vegetais nativas, visando à adoção de medidas especiais de proteção;

IX - designar os mangues, estuários, dunas, restingas, recifes, cordões litorâneos, falésias e praias, como áreas de preservação permanente.

Art. 228 - *A construção, instalação, a ampliação e o funcionamento de estabelecimentos, equipamentos, pólos industriais, comerciais e turísticos, e as atividades utilizadoras de recursos ambientais, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, sem prejuízo de outras licenças exigíveis, dependerão de prévio licenciamento do órgão local competente, a ser criado por lei, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente -SISNAMA.*

§ 1º - *O órgão local de Proteção Ambiental, de que trata o "caput" deste artigo, garantirá, na forma do artigo 225 da Constituição Federal, a efetiva participação do órgão regional estadual da área específica, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba- IPHAEP, da Associação Paraibana dos Amigos da Natureza - APAN, e de entidades classistas de reconhecida representatividade na sociedade civil cujas atividades estejam associadas ao controle do meio ambiente e a preservação da sadia qualidade de vida.*

§ 2º - *Estudo de prévio de impacto ambiental será exigido para instalação de obra ou atividades potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente.*

Art. 229 - *A zona costeira, no território do Estado da Paraíba, é patrimônio ambiental, cultural, paisagístico, histórico e ecológico, na faixa de quinhentos metros de largura, a partir da preamar de sizígia para o interior do continente, cabendo ao órgão estadual de proteção ao meio ambiente sua defesa e preservação, na forma da lei.*

§ 1º - *O Plano Diretor dos Municípios da faixa costeira disciplinará as construções, obedecidos, entre outros, os seguintes requisitos:*

a) nas áreas já urbanizadas ou loteadas, obedecer-se-á a um escalonamento de gabaritos a partir de doze metros e noventa centímetros, compreendendo pilotis e três andares,

podendo atingir trinta e cinco metros de altura, no limite da faixa mencionada neste artigo;

b) nas áreas a serem urbanizadas, a primeira quadra da praia deve distar cento e cinquenta metros da maré de sizígia para o continente, observa o disposto neste artigo;

c) constitui crime de responsabilidade a concessão de licença para a construção ou reforma de prédios na orla marítima, em desacordo com o disposto neste artigo.

d) excetua-se do disposto nas alíneas anteriores, a área do porto organizado do Município de Cabedelo, constituída na forma da legislação federal e respectivas normas regulamentares, para as construções e instalações industriais. (acrescido pela Emenda Constitucional n.º 15 de 28/08/2003).

§ 2º - As construções referidas no parágrafo anterior deverão obedecer a critérios que garantam os aspectos de aeração, iluminação e existência de infra-estrutura urbana, compatibilizando-os, em cada caso, com os referenciais de adensamento demográfico, taxa de ocupação e índice de aproveitamento.

Art. 230 - A conservação e a proteção dos componentes ecológicos e o controle da qualidade do meio ambiente serão atribuídos a um Conselho, que será formado na proporção de um terço de representantes do órgão estadual da área específica, um terço de representantes de entidades cujas atividades estejam associadas ao controle ambiental e um terço de representantes do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Paraíba.

Art. 231 - O Estado estabelecerá plano de proteção ao meio ambiente, adotando medidas indispensáveis à utilização racional da natureza e à redução da poluição causada pela atividade humana.

Art. 232 - No território paraibano, é vedado instalar usinas nucleares e depositar lixo atômico não produzido no Estado.












Art. 233 - O Estado agirá direta ou supletivamente na proteção dos rios, córregos e lagoas e dos espécimes neles existentes contra a ação de agentes poluidores, provindos de despejos industriais.

Art. 234 - O Estado elaborará programa de recuperação do solo agrícola, conservando-o, com o objetivo de aumentar a produtividade.














Art. 235 - É vedada, no território estadual, a prática de queimadas danosas ao meio ambiente, bem como a construção em áreas de riscos geológicos.

4.3.1. Diplomas da Legislação Estadual



4.3.1.1. Leis

-  LEI COMPLEMENTAR Nº 12, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1976 - *Regulamenta o art. 166 da Constituição do Estado da Paraíba.*
-  LEI Nº 4.033, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1978 - *Dispõe sobre a criação da SUPERINTENDENCIA DE ADMINITRAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HIDRICOS DA PARAIBA -SUDEMA-PB, e dá outras providências.*
-  LEI Nº 4.067, DE 28 DE JUNHO DE 1979 - *Institui o FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL - FDPM e autoriza a criação da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS MINERAIS DA PARAIBA - CDRM/PB.*
-  LEI Nº 4.335, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1981 - *Dispõe sobre Prevenção e Controle da Poluição Ambiental e estabelece normas disciplinadoras da espécie.*
-  LEI Nº 5.020, DE 07 DE ABRIL DE 1988 - *Dispõe sobre a nova estrutura organizacional básica do Poder Executivo extingue órgãos e cargos, e determina outras providências correlatas.*
-  LEI Nº 5.024, DE 14 DE ABRIL DE 1988 - *Proíbe a instalação de áreas de recolhimento de material radiativo.*
-  LEI Nº 5.329, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1990 - *Proíbe o uso de Metanol como combustível em veículos automotores em todo o Estado da Paraíba.*
-  LEI Nº 5.357, DE 16 DE JANEIRO DE 1991 - *Dispõe sobre os objetivos e a estrutura organizacional básica do INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAIBA (IPHAEP), vincula órgão e dá outras providências.*
-  LEI COMPLEMENTAR Nº 08, DE 21 DE JANEIRO DE 1991 - *Dá nova redação aos dispositivos que menciona da Lei Complementar n.º 28, de 06.07.82 (Lei Orgânica do Ministério Público) e dá outras providências. (Cria a Curadoria do Meio Ambiente).*
-  LEI Nº 5.366, DE 21 DE JANEIRO DE 1991 - *Dispõe sobre a criação de cargos Promotor de Justiça Curador, cria Coordenadorias, acresce o número de cargos dos servidores auxiliares, e dá outras providências.*
-  LEI Nº 5.516, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1991 - *Dispõe sobre a comercialização de*










produtos que contenham Tolueno em todo o Estado da Paraíba.

-  LEI N° 5.661, DE 28 DE OUTUBRO DE 1992 - *Inclui disciplina nos currículos das Escolas Públicas e Privadas em atividade no Estado da Paraíba.*
-  LEI N° 5.675, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1992 - *Dispõe sobre a Sinalização Ecológica pelo Poder Executivo Estadual em Unidades do Estado.*
-  LEI N° 6.002, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994 - *Institui o Código Florestal do Estado da Paraíba, e dá outras providências.*
-  LEI N° 6.159, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995 - *Institui obrigatoriedade de uso de dispositivo de segurança em estabelecimentos Públicos e dá outras providências.*
-  LEI N° 6.308, DE 02 DE JULHO DE 1996 - *Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, suas diretrizes e dá outras providências.*
-  LEI COMPLEMENTAR N° 27, DE 24 DE ABRIL DE 1997 - *Institui a Aglomeração Urbana do Estuário do Rio Paraíba e Litoral Central e a Aglomeração Urbana da Borborema, e dá outras providências.*
-  LEI N° 6.467, DE 28 DE MAIO DE 1997 - *Institui o Dia do Reflorestamento e dá outras providências.*
-  LEI N° 6.544, DE 20 DE OUTUBRO DE 1997 - *Cria a Secretaria Extraordinária do Meio ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais; dá nova redação e revoga dispositivos da Lei n.º 6.308, de 02 julho de 1996, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, e dá outras providências.*
-  LEI N° 6.621, DE 17 DE JUNHO DE 1998 - *Dispõe sobre o plantio de árvores frutíferas nos logradouros públicos, e dá outras providências.*
-  LEI N° 6.636, DE 19 DE JUNHO DE 1998 - *Define o sistema de regulamentação e controle do serviço estadual de saneamento e suas condições operacionais e dá outras providência*
-  LEI N° 6.673, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1998 - *Institui a Semana Estadual de Mobilização em defesa do Patrimônio Histórico, no Estado da Paraíba.*
-  LEI N° 6.678, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998 - *Proíbe queimadas nas margens das rodovias estaduais e dos mananciais existentes no Estado da Paraíba e dá outras providências.*
-  LEI N° 6.756, DE 08 DE JULHO DE 1999 - *Institui a Semana Estadual de*










Mobilização em Defesa da Água e dá outras providências.














-  LEI N° 6.757, DE 08 DE JULHO DE 1999 - *Dispõe sobre a transformação da Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA, em AUTARQUIA, altera-se a Lei n.º 4.335/81, e dá outras providências.*
-  LEI N° 6.761, DE 28 DE JUNHO DE 1999 - *Institui Registro Obrigatório para Transportadores de Água Potável e dá outras providências.*

4.3.1.2. Decretos

-  DECRETO N.º 19.258, DE 31 DE OUTUBRO DE 1997 - *Regulamenta o controle técnico das obras e serviços de oferta hídrica e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 5.255 DE 31 DE MARÇO DE 1971 - *Cria na Secretaria de Educação e Cultura o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba.*
-  DECRETO N.º 7.819, DE 24 DE OUTUBRO DE 1978 - *Dispõe sobre o Cadastramento e Tombamento dos bens culturais, artísticos e históricos no Estado da Paraíba e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 12.254, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1987 - *Cria a Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro da Paraíba (COMEG/PB), e determina outras providências.*
-  DECRETO N.º 12.360, DE 20 DE JANEIRO DE 1988 - *Dispõe sobre a Estrutura Organizacional Básica e o Regulamento da Superintendência de Administração do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos da Paraíba - SUDEMA/PB., e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 12.552 DE 12 DE JUNHO DE 1988 - *Dá nova redação aos Artigos 3º, 5º e 7º, do Decreto N.º 12.254, de 03 de dezembro de 1987, e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 12.705, DE 14 DE OUTUBRO DE 1988 - *Transforma a 24ª Cia do 5º BPM, em Companhia de Polícia Florestal (Cia. P. Flo) e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 12.965 DE 16 DE FEVEREIRO DE 1989 - *Aprova o Regimento Interno da Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro (COMEG/PB), e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 13.529 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1990 - *Transfere a Presidência da Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro da Paraíba para à Superintendência*

de Administração do Meio Ambiente, e dá outras providências.

-  DECRETO N.º 13.622, DE 17 DE ABRIL DE 1990 - *Transfere a Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro da Paraíba (COMEG-PB) e sua Secretaria Executiva para a Superintendência de Administração do Meio Ambiente, e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 13.798, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1990 - *Regulamenta a Lei N.º 4.335, de 18 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a prevenção e controle da poluição ambiental, estabelece normas disciplinadora da espécie, e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 13.964 DE 04 DE JUNHO DE 1991 - *Aprova o Regulamento que fixa os procedimentos relativos a cadastramento, licenciamento, fiscalização do uso e sua aplicação, imposição de penalidades e recursos na distribuição e comercialização de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins no território do Estado da Paraíba, e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 14.089 DE 12 DE SETEMBRO DE 1991 - *Dá nova redação ao artigo 5º e ao seu I; ao seu inciso I; ao inciso I do artigo 6º, todos do Decreto n.º 13.798 de 26 de dezembro de 1990, e acrescenta novas disposições ao mesmo Decreto.*
-  DECRETO Nº 14.164, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1991 - *Altera a redação do artigo 23 do regulamento de agrotóxicos aprova do pelo decreto nº 13.964, de 04 de julho 1991.*
-  DECRETO Nº 14.169, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1991 - *Altera a redação do artigo 23 do regulamento de agrotóxicos aprova do pelo decreto nº 13.964, de 04 de julho 1991.*
-  DECRETO N.º 14.474 DE 27 DE MAIO DE 1992 - *Dá nova redação ao Art.5º e ao seu Inciso I; ao Inciso I do Artigo. 6º,todos do DECRETO N.º 13.798 de 26 de dezembro de 1990, adequando-o à Lei N.º 5.583,de 19 de maio de 1992,e acrescenta novas disposições ao mesmo Decreto.*
-  DECRETO N.º 15.149 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1993 - *Cria o Projeto Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Paraíba, institui a Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 15.357, DE 15 DE JUNHO DE 1993 - *Estabelece padrões de emissões de ruídos e vibrações bem como outros condicionantes ambientais e dá outras providências.*

-  DECRETO N.º 18.378 DE 31 DE JULHO DE 1996 - *Dispõe sobre a Estrutura Organizacional Básica do Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 18.823, 02 DE ABRIL DE 1997 - *Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH, e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 18.824 DE 02 DE ABRIL DE 1997 - *Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH.*
-  DECRETO N.º 18.839 DE 23 DE ABRIL DE 1997 - *Designa integrantes do Conselho Estadual Recursos Hídricos - CERH, e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 19.256, 31 DE OUTUBRO DE 1997 - *Dá nova redação e revoga dispositivos do Decreto n.º 18.823, de 02 de abril de 1997, que regulamenta o Fundo Estadual Recursos Hídricos, e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 19.257 DE 31 DE OUTUBRO DE 1997 - *Dá nova redação a dispositivos do Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, aprovado pelo Decreto n.º 18.824, de 02 de abril de 1997, e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 19.258, DE 31 DE OUTUBRO DE 1997 - *Regulamenta o controle técnico das obras e serviços de oferta hídrica e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 19.259, DE 31 DE OUTUBRO DE 1997 - *Dispõe sobre o Regulamento e a Estrutura Básica da Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais, e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 19.260, DE 31 DE OUTUBRO DE 1997 - *Regulamenta a outorga do direito de uso dos recursos hídricos e dá outras providências.*
-  DECRETON.º 20.262, DE 03 DE FEVEREIRO DE 1999 - *Dá nova redação ao inciso I do Art. 6º do Decreto no 13.798, que regula a Lei no 4.335 e da outras providências.*
-  DECRETO N.º 20.889 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2000 - *Cria o Parque Estadual da Pedra da Boca, e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 21.119 DE 20 DE JUNHO DE 2000 - *Dispõe sobre a aplicação de sanções administrativa pela SUDEMA e a inscrição em dívida ativa das multas devidas a autarquia e dá outras providências.*
-  DECRETO N.º 21.120 DE 20 DE JUNHO DE 2000 - *Regulamenta a Lei N.º 4.335, de 16 de dezembro de 1981, modificada pela Lei 6.757, de 08 de julho de 1999, que dispõe sobre a prevenção e controle da poluição ambiental, estabelece normas*

disciplinadoras da espécie, e dá outras providências.

📖 DECRETO N.º 21.263 DE 28 DE AGOSTO DE 2000 - *Cria o Parque Estadual Marinho de "Areia Vermelha" e dá outras providências.*

📖 DECRETO N.º 21.340 DE 28 DE AGOSTO DE 2000 - *Dispõe sobre a criação do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado da Paraíba e dá outras providências.*

4.4. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

4.4.1. Lei Orgânica Municipal

Promulgada em 05 de abril de 1990

.....
.....

SEÇÃO IV DO MEIO AMBIENTE

.....
.....

Art 208 – O Município deverá atuar no sentido de assegurar a todos os cidadãos o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado.

Parágrafo Único – Pra assegurar efetivamente a esse direito, o Município deverá articular-se com os órgão Estaduais, Regionais e Federais competentes e ainda, quando for o caso, com outros municípios, objetivando a solução de problema comuns relativos à proteção ambiental.

Art. 209 – O Município deverá atuar mediante planejamento, controle e fiscalização das atividades, públicas ou privadas, causadoras efetivas ou potenciais de alterações de alterações significativas no meio ambiente.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Município:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – definir, em lei complementar, os espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos, e a forma da permissão para a alteração e supressão, vedada qualquer autorização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem

sua proteção;

III – exigir, na forma da lei, para instalação de obra, atividade ou parcelamento de solo potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudos prévios de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (NR)

IV – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

V – promover a educação ambiental na sua sede de ensino e a conscientização da comunidade para preservação do meio ambiente;

VI – proteger a flora e a fauna, vedados, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam animais à crueldade.

§ 2º - Os manguezais, as praias, os costões e a mata atlântica do território municipal ficam sob a proteção do Município e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, às sanções administrativas e penais, independentes da obrigação de reparar os danos causados.

Art. 210 – A política urbana do Município e o seu plano diretor deverão contribuir para a proteção do meio ambiente, através de adoção de diretrizes adequadas de uso de ocupação do solo.

Art. 211 – Nas licenças de parcelamento, loteamento e localização, o Município exigirá o cumprimento da legislação de proteção ambiental emanada da União e do Estado.

Art. 212 – As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental em vigor, sob penas de não ser renovada a concessão ou permissão pelo Município.

Art. 213 – Fica criado o Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMMEA) que estabelecerá a política ambiental do Município, bem como terá papel implantador e fiscalizador desta política, sendo constituído paritariamente por representantes do poder público e de representantes de entidades civis cujas atividades estejam associadas ao controle ambiental e representantes de conselhos técnicos e sindicatos da área, garantindo-se a sua efetiva participação.

Parágrafo Único – A competência, a estrutura e o funcionamento do conselho serão

fixados na forma da lei.

Art. 214 – Os agentes de navegação, serão obrigados a informar a Prefeitura e a Câmara Municipal de Cabedelo, até 24 (vinte e quatro) horas antes da atracação, a existência de qualquer carga estivada nos porões e convés dos navios por eles agenciadores que possam pôr em risco o ecossistema.

Parágrafo Único – A falta de comunicação prevista neste artigo, caracterizará crime ecológico para os fins previstos na legislação em vigor.

Art. 215 – É vedado o depósito de lixo atômico e a instalação de usinas nucleares no território do Município de Cabedelo.

Art. 216 – O Município tem a obrigação de dar tratamento final ao lixo, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ 1º - Não degradar o meio ambiente e os recursos naturais;

§ 2º - Não decorrer daí o risco para a saúde ou para o bem estar da população.

Art. 217 – Deve o Poder Público Municipal promover campanha de conscientização à população, de modo a obter maior eficiência na limpeza urbana.


Art. 218 – Fica criado o parque municipal, localizado na mata dos Amém como área de interesse ecológico do Município, o qual deverá ter um plano de utilização de conformidade com os parques nacionais brasileiros, garantidos os espaços de socialização, como lazer, recreação, educação ambiental e outras atividades afins.

§ 1º - O parque municipal localizado na mata do Amém, ficará ligado administrativamente ao Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMMEA).


§ 2º - A lei estabelecerá a sua delimitação, seu funcionamento, os meios de manutenção, punições e desagregadores e outras questões que lhes sejam pertinentes.


Art. 219 – O município assegurará a participação das entidades representativas da comunidade no planejamento às informações sobre as fontes de poluição e degradação ambiental as seu dispor.

4.4.2. Legislação Urbanística

 **LEI COMPLEMENTAR N.º 01, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997** – *Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Cabedelo*. Em seu art. 17 dispõe sobre a Zona Costeira. Tendo sido baseada no cumprimento do disposto o

art. 229 da Constituição Estadual, que impõe restrições quanto à altura máxima das edificações situadas em uma faixa de 500 m ao longo da orla a partir da maré de sizígia em direção ao interior do continente. O gabarito máximo das mesmas será determinado da seguinte forma: haverá um escalonamento que obedecerá a uma variação de altura a partir da maré de sizígia, em faixas de 100 m, conforme tabela e gráficos constantes respectivamente dos anexos I e II da lei, e; a distância entre o lote de terreno e a maré de sizígia será definida a partir do centro geométrico do lote. Ressalta-se a inclusão da alínea d) na CE da Paraíba, excluindo o Porto de Cabedelo dessas obrigações.

 LEI COMPLEMENTAR N.º 03, DE 22 DE OUTUBRO DE 1998 – *Institui o Código de Edificações do Município e dá outras providências*. Dispõe na parte do licenciamento sobre as licenças para construção, seus projetos e alvarás e o cancelamento do alvará de licença. Estabelece também normas sobre execução, edificações nos lotes, dos componentes das edificações e normas especiais para edificações, e por fim descreve os tipos de instalações, as infrações e penalidades.

 LEI COMPLEMENTAR N.º 06, DE 14 DE JULHO DE 1999 – *Institui o Código do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do Município de Cabedelo – PB*. Estabelece as zonas do uso do solo, o licenciamento de atividades, a edificações nos lotes e os empreendimentos de impacto, bem como o parcelamento do solo. Outrossim, dispõe sobre a fiscalização das obras e serviços, as infrações e suas penalidades.